

Companhia Energética Candeias

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Aos Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Candeias (“Companhia” ou “CEC”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos senhores seu relatório anual, contendo uma síntese dos fatos ocorridos e julgados relevantes, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), uma holding do Grupo Global que atua no setor elétrico em todo o território nacional, controlando diversas usinas termelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”).

Constituída em 10 de outubro de 2008 e sediada em Candeias, Bahia, a Companhia tem como objeto social a geração e comercialização de energia elétrica, bem como a execução de atividades correlatas ao seu propósito estratégico.

A CEC tem autorização da Agência Nacional de Energia Elétricas (“Aneel”) para atuar como Produtor Independente de Energia (PIE), permitindo a implantação e exploração das Unidades Termelétricas Global I e Global II (“UTES”), cada uma com capacidade instalada de 148,8 MW. Essas autorizações foram concedidas em decorrência do 4.º leilão de energia nova, realizado pela Aneel, viabilizando a geração de energia a partir de janeiro de 2010. As UTES, contratadas sob o regime de disponibilidade, iniciaram operação comercial em maio de 2010 e operam sob demanda do Operador Nacional do Sistema (“ONS”).

Em 21 de dezembro de 2021, as UTES venceram o 1.º Leilão de Reserva de Capacidade (“LRCE”), comercializando 272,8 MW em disponibilidade de potência para o período de julho de 2026 a junho de 2041. Essa modalidade contratual, inédita no setor, garante o pagamento exclusivo da receita fixa pela disponibilidade de potência das usinas, enquanto a energia gerada pode ser livremente negociada pelo agente ou liquidada no Mercado de Curto Prazo (“MCP”) ao preço atualizado do CVU.

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA

O Grupo Global adota estratégias voltadas para a sustentabilidade socioambiental, alinhando-se às diretrizes do conceito ESG (“Environmental, Social and Governance”). A Companhia investe continuamente no aprimoramento de sua Governança Corporativa, promovendo uma gestão preventiva e mitigadora de riscos operacionais e organizacionais.

Como parte de seu compromisso com a transparência e a responsabilidade socioambiental, o Grupo Global elabora e divulga anualmente, em seu portal institucional, o Relatório de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro da GPE referente ao ano anterior. Esse relatório traz as ações adotadas pelo Grupo para promover a harmonia entre os aspectos sociais, ambientais e econômicos.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Apesar do nível favorável dos reservatórios das usinas hidrelétricas e do aumento da disponibilidade de geração eólica e solar na região Nordeste, as usinas de geração flexível foram despachadas de forma intermitente ao longo de 2024 para atender ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”) durante picos de demanda provocados por ondas de calor, especialmente em períodos de baixa geração das fontes renováveis.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes refletem de forma fidedigna os controles adotados e os valores contabilizados pela Companhia, registrando de maneira objetiva todos os riscos e contingências associados ao negócio.

Considera-se que os indicadores econômico-financeiros, apurados no exercício findo de 2024, estão adequados.

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas. O desempenho econômico-financeiro de 2024, comparativamente ao de 2023, está influenciado por:

- volume de energia gerada (receita variável) para atendimento ao SIN; e
- reajustamento de preço contratual ocorrido em 2024.

Receita Operacional Líquida (ROL): R\$ 375,3 milhões (R\$ 305,8 milhões em 2023), representando um crescimento de 22,7%.

Custos e despesas operacionais: R\$ 266,6 milhões (R\$ 185,1 milhões em 2023), um aumento de 44,0%, impactado principalmente pelo maior consumo de combustível devido à geração de energia.

Lucro Operacional (Lucro Antes do Resultado Financeiro): R\$ 111,3 milhões (R\$ 120,8 milhões em 2023), com redução de 7,9%, refletindo o crescimento da ROL, impulsionado pelo volume de geração, ainda que reduzido, e os impactos negativos de manutenções relevantes nas UTEs, incluindo reparos em linhas de transmissão, testes de disponibilidade de potência, revisões gerais (*overhauls*) de motores, além de despesas com honorários advocatícios relacionados ao êxito no LRC 2021.

EBITDA (Lucro antes dos Juros, Impostos e Depreciação/Amortização): R\$ 169,5 milhões (R\$ 179,6 milhões em 2023), apresentando uma redução de R\$ 10,1 milhões, refletindo a queda no lucro operacional.

Resultado financeiro: superavitário em R\$ 1,1 milhão (deficitário em R\$ 10,0 milhões em 2023). Essa melhora decorre, principalmente, da quitação da 6.^a emissão de debêntures no valor de R\$ 144,0 milhões, concluída em março de 2024.

Lucro Líquido: R\$ 98,9 milhões (R\$ 95,4 milhões em 2023), com margem líquida de 26,4% (31,2% em 2023). A variação negativa de 15,5% resulta da combinação entre a melhora no resultado financeiro e a redução do lucro operacional.

Contas a Receber: R\$ 40,3 milhões (R\$ 66,5 milhões em 2023), redução de 39,4%, influenciada pelo menor saldo de faturamento a vencer no final do último bimestre de 2023.

Capital de Giro: R\$ 140 milhões (R\$ 54,2 milhões em 2023), um aumento significativo de R\$ 85,7 milhões, impulsionado principalmente pela retenção estratégica do pagamento dos dividendos dentro do grupo.

Disponibilidades (Caixa e Aplicações Financeiras): R\$ 102,4 milhões (R\$ 6,9 milhões em 2023), crescimento explicado pelo impacto mencionado no item anterior.

Remuneração aos Acionistas (Dividendos Pagos): R\$ 78,4 milhões (R\$ 188,2 milhões em 2023), redução estratégica conforme mencionado anteriormente.

As projeções de fluxo de caixa da Companhia, aliadas a uma gestão austera e focada na confiabilidade dos ativos, demonstram sua capacidade de absorver integralmente os investimentos realizados e cumprir os compromissos assumidos com bancos e fornecedores.

AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação da Companhia pelo suporte e confiança depositados ao longo do exercício social de 2024. Agradece, também, de forma especial, a dedicação e competência de seus colaboradores, fundamentais para o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos.

Candeias (BA), 24 de março de 2025.

Jones Aranha de Sá

Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética Candeias

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Candeias (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, se houver, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Candeias em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, a Companhia não utiliza taxas de depreciação com base em laudo de avaliação de vida útil-econômica para depreciação de seu ativo imobilizado conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Consequentemente, não foi possível concluirmos, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os possíveis efeitos, se houver, no saldo do imobilizado, do resultado do exercício e do patrimônio líquido das demonstrações financeiras da Companhia para 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que menciona que os contratos atuais de venda de energia serão encerrados em fevereiro de 2025, entretanto, em 21 de dezembro de 2021, a Companhia venceu o Leilão de Reserva de Capacidade (“Leilão”) no qual será comercializado 252,8 MW de energia elétrica como disponibilidade de potência para o período entre julho de 2026 e junho de 2041.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

A participação no Leilão se deu por meio de mandado de segurança impetrado pela Companhia e que foi deliberado a seu favor pelo Supremo Tribunal Federal e aguarda decisão sobre embargos de declaração e adjudicação do órgão regulador - Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise dessas demonstrações financeiras deve levar em consideração essas circunstâncias.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

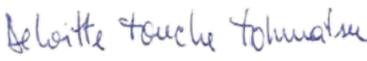
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 24 de março de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Valores expressos em milhares de reais - R\$

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulantes				Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	102.432	6.933	Fornecedores	12	9.020	12.539
Contas a receber	5	40.313	66.551	Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	33.321
Estoques	6	67.181	44.477	Obrigações sociais e trabalhistas		4.142	2.738
Outras contas a receber	11	4.573	3.272	Obrigações tributárias	13	2.255	3.054
Total dos ativos circulantes		<u>214.499</u>	<u>121.233</u>	Imposto de renda e contribuição social a recolher		5.267	3.581
				Dividendos a pagar	16	3.030	8.500
NÃO CIRCULANTES				Outras contas a pagar	14	<u>50.816</u>	<u>3.250</u>
Impostos a recuperar		18	28	Total dos passivos circulantes		<u>74.530</u>	<u>66.983</u>
Impostos diferidos	7	2.801	2.326				
Imobilizado	9	254.088	311.553	NÃO CIRCULANTES			
Intangível	10	51	176	Provisão para contingências	15	50	103
Outros ativos a realizar		-	230	Outras contas a pagar	14	<u>5.660</u>	<u>1.995</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>256.958</u>	<u>314.313</u>	Total dos passivos não circulantes		<u>5.710</u>	<u>2.098</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	16	135.771	135.771
				Reservas de lucros	16	<u>255.446</u>	<u>230.694</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>391.217</u>	<u>366.465</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>471.457</u></u>	<u><u>435.546</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>471.457</u></u>	<u><u>435.546</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em Reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	17	375.320	305.876
Custos de operação e manutenção	18	<u>(234.925)</u>	<u>(164.588)</u>
Lucro bruto		140.395	141.288
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(31.642)	(20.549)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	<u>2.559</u>	<u>88</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>111.312</u>	<u>120.827</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	2.317	1.172
Despesas financeiras	19	<u>(1.169)</u>	<u>(11.173)</u>
Total		1.148	(10.001)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>112.460</u>	<u>110.826</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social corrente	20	(33.098)	(34.427)
Imposto de renda e contribuição social corrente diferidos	20	475	(877)
Incentivo fiscal do imposto de renda	20	<u>19.085</u>	<u>19.927</u>
Total		<u>(13.538)</u>	<u>(15.377)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>98.922</u>	<u>95.449</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$		1.924	1.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Valores expressos em milhares de reais - R\$

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	98.922	95.449
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>98.922</u>	<u>95.449</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Valores expressos em milhares de reais – R\$

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Incentivo fiscal	Reserva dos lucros retidos		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		135.771	27.154	145.149	107.193	-	415.267
Lucro líquido do exercício	16	-	-	-	-	95.449	95.449
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva de incentivo fiscal	16	-	-	19.927	-	(19.927)	-
Dividendos adicionais exercício anteriores (R\$1,89 por lote de mil ações)	16	-	-	-	(107.193)	-	(107.193)
Dividendos intermediários de 2023 (R\$0,27 por lote de mil ações)	16	-	-	-	-	(11.119)	(11.119)
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos (R\$0,27 por lote de mil ações)	16	-	-	-	-	(18.881)	(18.881)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,75 por lote de mil ações)	16	-	-	-	-	(7.058)	(7.058)
Complemento de reserva de lucros retidos	16	-	-	-	38.464	(38.464)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		135.771	27.154	165.076	38.464	-	366.465
Lucro líquido do exercício	16	-	-	-	-	98.922	98.922
Destinação do lucro:							
Dividendos adicionais 2023 (R\$0,748 por lote de mil ações)	16	-	-	-	(38.464)	-	(38.464)
Complemento de reserva de incentivo fiscal	16	-	-	1.378	-	-	1.378
Constituição de reserva de incentivo fiscal	16	-	-	19.085	-	(19.085)	-
Dividendos intercalares de 2024 (R\$0,001 por lote de mil ações)	16	-	-	-	-	(41)	(41)
Juros sobre capital próprio (R\$0,332 por lote de mil ações)	16	-	-	-	-	(17.084)	(17.084)
Dividendos mínimo obrigatórios (R\$0,388 por lote de mil ações)	16	-	-	-	-	(19.959)	(19.959)
Complemento de reserva de lucros retidos	16	-	-	-	42.753	(42.753)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		135.771	27.154	185.539	42.753	-	391.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		98.922	95.449
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	18	58.171	58.803
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	9	22	5
Variação cambial líquida	19	(11)	3
Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos do bônus de adimplência	19	390	9.696
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos		189	886
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(475)	877
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		26.238	(23.228)
Adiantamentos a fornecedores		-	(2.138)
Estoques		(22.704)	18.342
Impostos a recuperar		10	71
Outras contas a receber		(1.301)	(147)
Depósitos judiciais		-	11
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(3.508)	5.912
Impostos a recolher		5.670	10.604
Obrigações sociais e trabalhistas		1.404	411
Provisão para risco trabalhista		(53)	(206)
Outras contas a pagar		51.231	863
Caixa gerado pelas atividades operacionais		214.195	176.214
Impostos de renda e contribuição social pagos		(5.968)	(10.514)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		(669)	(9.417)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		207.558	156.283
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	9 e 10	(373)	(58)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(373)	(58)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		-	144.000
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures		(33.231)	(110.769)
Pagamento de custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		-	(1.075)
Dividendos pagos	16	(78.455)	(188.223)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(111.686)	(156.067)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		95.499	158
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	6.933	6.775
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	102.432	6.933
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		95.499	158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia detém autorização do Ministério das Minas e Energia, conforme as Portarias n.º 353, de 20 de dezembro de 2007, e n.º 342, de 6 de dezembro de 2007, para atuar como PIE por um período de 35 anos a partir da publicação dessas Portarias. A autorização permite a implantação e exploração das UTEs, resultado do 4.º Leilão de Energia Nova realizado pela Aneel.

Para viabilizar suas operações, as UTEs firmaram 37 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) com distribuidoras de energia elétrica, na modalidade de disponibilidade de energia, totalizando 214 MW médios. Esses contratos estabelecem:

- (i) O direito das utes a uma receita fixa mensal para cobrir custos operacionais fixos, despesas administrativas e financiamentos;
- (ii) Receita variável para ressarcimento de custos com combustível, operação e manutenção, caso ocorra efetiva geração de energia, conforme o despacho das utes pelo ons.

As receitas (fixa e variável) são faturadas em três parcelas:

- 1.ª parcela: vencimento no dia 20 do mês subsequente ao da disponibilidade e geração.
- 2.ª parcela: vencimento no dia 30 do mês subsequente.
- 3.ª parcela: vencimento no dia 10 do segundo mês subsequente.

Toda a comercialização da energia dos CCEARs é contabilizada e liquidada financeiramente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Apesar das boas condições dos reservatórios das hidrelétricas, a combinação de limitações na infraestrutura de transmissão, períodos de baixa geração de fontes renováveis (solar e eólica) e picos de demanda no SIN resultou no despacho intermitente das usinas flexíveis ao longo do ano de 2024, concentrado no 2.º semestre. Como consequência, a Companhia obteve, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, receita bruta de geração variável de R\$ 102.148 (R\$ 39.297 em 2023), além de receita bruta fixa de R\$ 315.587 (R\$ 301.113 em 2023).

1.1. Continuidade Operacional

As UTEs entraram em operação comercial em maio de 2010, com prazo de suprimento até 13 de fevereiro de 2025, quando se encerra o primeiro contrato de suprimento vinculado aos CCEARs. A partir de 14 de fevereiro de 2025, as operações serão temporariamente suspensas, retomando em 1º de julho de 2026, com novo prazo de suprimento até 30 de junho de 2041, no qual comercializarão 272,8 MW na modalidade de disponibilidade de potência.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração avalia continuamente a capacidade da Companhia de manter suas operações e divulga informações relevantes sobre sua continuidade operacional. Os responsáveis pela governança e supervisão das demonstrações contábeis garantem que a Unidade Geradora de Caixa (UGC) mantém sua viabilidade operacional.

Contas a Receber

Os valores a receber são gerenciados pela CCEE, que controla a inadimplência entre os agentes do setor conforme regulamentação do Poder Concedente. Após análise, a Companhia não identificou necessidade de provisão para perdas, pois não há histórico de inadimplência nem expectativa de perdas futuras.

Estoque

O estoque de combustível será mantido em volume adequado até o término dos CCEARs para atender às demandas do ONS. Outros itens do estoque serão vendidos de forma planejada no mercado específico. A Administração não prevê perdas na realização do estoque, considerando o aumento dos preços no mercado nacional e internacional.

Outras Contas a Receber e P&D a pagar

Essa rubrica refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), cujos custos serão amortizados utilizando o passivo de P&D.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos para identificar eventuais mudanças econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar desvalorização. Se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para ajuste ao valor recuperável. O valor recuperável é determinado pelo maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Fornecedores

Os principais contratos operacionais da Companhia estão vigentes até 13 de fevereiro de 2025, sem previsão de multas ou penalidades. Saldos remanescentes, caso existam, serão irrelevantes. Novos contratos serão gerados para atividades específicas durante o período de transição (março de 2025 a junho de 2026).

Com base em análises financeiras e projeções de fluxo de caixa, a Administração reafirma a capacidade da Companhia de cumprir todas as obrigações com bancos, fornecedores e demais credores, garantindo a continuidade e solidez de suas operações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), incluindo a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além das normas da Aneel, quando estas não forem conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a emissão e divulgação destas demonstrações financeiras em 24 de março de 2025, considerando todos os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem impactar os demonstrativos.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir das estimativas contábeis realizadas. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

- NE n.º 1 – Contexto Operacional - Continuidade Operacional;
- NE n.º 7 – Tributos diferidos - Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos;
- NE n.º 9 – Imobilizado - Perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”).

3. SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. São considerados:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Incluem-se ainda questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia; e
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia manteve os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e debêntures, caixa e equivalentes de caixa mantidos pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe interna de avaliação com a responsabilidade de revisar, por meio de seus modelos, todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe interna de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A experiência da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para apoiar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs* observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado em mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base em análise prospectiva dos saldos vencidos e a vencer com base no histórico de perda com clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Estoques

São registrados pelo custo de aquisição e sua realização se dá por meio da média ponderada do custo de aquisição. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável.

Custos subsequentes

Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando há uma expectativa razoável de que os benefícios econômicos futuros decorrentes desses gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando ocorre sua venda ou quando não há mais expectativa de geração de benefícios econômicos futuros por meio do seu uso ou alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo – calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil – é reconhecido na demonstração do resultado no exercício correspondente.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos para identificar eventos ou mudanças nas condições econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar necessidade de ajuste ao valor recuperável. Caso seja identificado que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando-se o ativo ao seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é determinado pelo maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada com base nas seguintes taxas:

	Taxas
Edificações obras civis e benfeitorias	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Veículos	20%
Montagens e instalações	5%

Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Instrumentos financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e, portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Instrumentos não financeiros

O valor recuperável de um ativo imobilizado é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O valor recuperável de um ativo deve ser estimado para cada uma das unidades que geram caixa (UGC). Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. A Companhia avalia, ao menos na data do balanço, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Diferido

Composto por gastos administrativos pré-operacionais para viabilização do empreendimento. Conforme facultado pelas Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização, os quais são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa n.º 11.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos encargos financeiros e das variações monetárias e/ou cambiais previstas contratualmente.

Os custos associados a essas operações incluem juros e demais encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou desenvolvimento de um ativo que exige um período significativo para sua conclusão, tais custos são capitalizados como parte do valor contábil do ativo correspondente.

Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures que não se enquadram nessa condição são reconhecidos como despesa no exercício em que forem incorridos.

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculadas e registradas conforme legislação vigente em impostos correntes.

As alíquotas aplicáveis são:

- IRPJ: 15%, acrescido de um adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual que exceder R\$ 240; e,
- CSLL: 9% sobre o lucro tributável.

Na apuração do imposto devido, a Companhia considera a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia usufrui de benefício fiscal concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) para atividades de geração de energia. Esse benefício corresponde a uma redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, válido de 1.º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2025. O incentivo é reconhecido como receita no resultado, durante o período necessário para compensação da despesa correspondente, sendo posteriormente destinado a reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A Companhia também participa de programas de incentivo fiscal, destinando parte do imposto devido para iniciativas de interesse social e cultural, conforme permitido pela legislação:

- Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC - Lei n.º 8.313/91): destinação de até 4% do imposto devido;
- Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente: destinação de até 1% do imposto devido.
- Projetos desportivos e paradesportivos (aprovados pelo Ministério do Esporte, conforme Decreto n.º 6.180/07, artigo 1.º: destinação de até 1% do imposto devido.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos

São reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos registrados nas demonstrações financeiras e aqueles utilizados para fins de tributação.

As variações nos ativos e passivos fiscais diferidos durante o exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O ativo fiscal diferido é registrado sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, desde que seja provável a realização futura desses valores por meio de lucros tributáveis. A projeção dos lucros tributáveis futuros é feita considerando a reversão das diferenças temporárias tributáveis aplicáveis.

Caso as diferenças temporárias tributáveis não sejam suficientes para a realização integral dos ativos fiscais diferidos, a Companhia considera os lucros tributáveis futuros ajustados, com base em projeções financeiras.

Os valores contabilizados são periodicamente revisados e ajustados conforme a realização ou liquidação, garantindo a conformidade com a legislação tributária vigente.

Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto do fluxo de caixa futuro estimado a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Uma provisão deve ser reconhecida quando a Companhia:

- (a) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação;
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação;

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

Os contratos de comercialização de energia elétrica são firmados nos ambientes de contratação regulado e livre no Brasil e estão integralmente registrados na CCEE, responsável pela contabilidade e liquidação do SIN.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física da geração, ajustada proporcionalmente às perdas do sistema, conforme os dados fornecidos pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita ocorre com base nos valores a serem faturados aos clientes, conforme metodologia e preços estabelecidos em cada contrato. Esses valores são ajustados conforme os montantes efetivamente gerados, sempre que aplicável. Esses ajustes decorrem dos mecanismos da CCEE, que monitoram a exposição líquida da Companhia (diferença entre vendas, geração e compras), resultando no balanço de energia, que credita ou debita diferenças entre a energia contratada e a energia efetivamente gerada, geralmente utilizando o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Com base nesses mecanismos, os fluxos de receita da Companhia são classificados em dois tipos:

- Receita com Venda da Potência Contratada (Obrigações de Desempenho ao Longo do Tempo): refere-se à parcela fixa do contrato, reconhecida por meio do Contrato de Disponibilidade da Usina. O valor da remuneração anual da Companhia, apresentado na licitação, inclui na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos;
- Receita com Venda de Energia (Obrigação de Desempenho em Ponto Específico do Tempo): refere-se à parcela variável, oriunda da geração e entrega efetiva da energia. Toda a energia firme gerada é transferida para as distribuidoras, conforme despacho da CCEE.

O reconhecimento da receita ocorre quando o controle do produto ou serviço é transferido ao cliente e pode ser mensurado de forma confiável. A mensuração é feita com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas.

A Companhia avaliou suas transações de receita conforme critérios específicos para determinar sua atuação como agente ou principal e concluiu que atua como principal em todos os seus contratos de receita.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) em conformidade com o contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Pronunciamento	Descrição
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras	<p><u>Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes:</u> As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.</p> <p><u>Passivo Não Circulante com Covenants:</u> Apenas <i>covenants</i> que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório. Esses <i>covenants</i> afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do <i>covenants</i> é avaliado apenas após a data do relatório. O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um <i>covenant</i> após o período de relatório.</p>

Pronunciamento	Descrição
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	A Responsabilidade de Locação numa Venda e Relocação (Emendas à IFRS 16) exige que um vendedor-locatário mensure subsequentemente os passivos de locação decorrentes de uma relocação de uma forma que não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda relacionada com o direito de utilização que retém. Os novos requisitos não impedem que um vendedor-locatário reconheça nos lucros ou prejuízos qualquer ganho ou perda relacionado com a rescisão parcial ou total de um contrato de locação.
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e;	A entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade.
CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.

No exercício corrente a Companhia aplicou uma série de alterações aos Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1.º de janeiro de 2024. A sua adoção não teve impacto significativo nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da Alteração
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras consolidadas.
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Alterações em situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i> . Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou <i>joint venture</i>
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Divulgação nas demonstrações contábeis de informações que permitam que os usuários avaliem a significância do instrumento financeiro e a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros ao fim do período contábil.
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Apresentação de informações pertinentes e úteis aos usuários das demonstrações contábeis para avaliação dos valores, época e incerteza dos fluxos de caixa futuros da entidade.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas alterações acima listadas, já emitidas e ainda não aplicáveis. A Administração não espera que a adoção dessas normas listadas tenha efeito significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e bancos	11	1
Aplicações financeiras de alta liquidez	<u>102.421</u>	<u>6.932</u>
Total	<u><u>102.432</u></u>	<u><u>6.933</u></u>

As aplicações financeiras em operações compromissadas e CDB correspondem a operações de liquidez imediata realizadas com instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração que varia de 90% a 102% (70% a 110% em 2023) da remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valores a vencer	713	12.752
Valores a faturar	<u>39.600</u>	<u>53.799</u>
Total	<u><u>40.313</u></u>	<u><u>66.551</u></u>

Valores a receber correspondentes à disponibilidade e ao fornecimento de energia elétrica, conforme CCEAR, com prazo de vencimento inferior a 60 dias e venda de energia no MCP. Os valores a faturar correspondem às medições reconhecidas por competência.

A Companhia analisou seu histórico de recebimentos e concluiu que não está exposta a risco de crédito elevado, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras. Além disso, os montantes a receber referentes à energia de curto prazo são gerenciados pela CCEE, que controla a inadimplência entre os participantes do setor com base em regulamentações emitidas, reduzindo o risco de crédito das transações. Dessa forma, após análise detalhada, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas, uma vez que se mostram irrelevantes, controláveis e sem histórico significativo de inadimplência.

6. ESTOQUES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Combustível	36.475	15.866
Almoxarifado de peças para manutenção	30.706	26.429
Outros estoques	<u>-</u>	<u>2.182</u>
Total	<u><u>67.181</u></u>	<u><u>44.447</u></u>

A Companhia realiza inventário e inspeções regulares e não identificou necessidade de provisionar perdas sobre o estoque.

7. TIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia reconheceu os efeitos tributários de IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa existentes em seus registros fiscais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Participação nos lucros e resultados	751	519
Pesquisa e desenvolvimento	2.049	1.601
Outras diferenças temporárias	<u>1</u>	<u>206</u>
Total	<u>2.801</u>	<u>2.326</u>
Impostos diferidos ativos	2.801	2.326

Os impostos diferidos referentes a diferenças temporárias realizar-se-ão no transcorrer dos exercícios de 2026 e 2027.

8. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Fornecedor (a):</u>		
Global Engenharia Ltda.	3.413	2.229
Total fornecedores	<u>3.413</u>	<u>2.229</u>
<u>Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (b):</u>		
Global Participações em Energia S.A.	2.697	-
Fernando W. Magalhaes Filho	303	-
Maria das Graças B. N. Fernandes	<u>30</u>	<u>-</u>
Total dividendos a pagar	<u>3.030</u>	<u>-</u>
<u>Outras contas a Pagar</u>		
São Francisco Energia S.A. (c)	49.758	-

b) Transações

<u>Custos com manutenção e operação (a):</u>		
Global Engenharia Ltda.	(49.890)	(27.094)
Total	<u>(49.890)</u>	<u>(27.094)</u>

A Companhia faz parte do Grupo Global e sua controladora é a GPE.

(a) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção (O&M) da usina, conforme NE n.º 14.

(b) Dividendos a pagar aos acionistas.

(c) A Companhia recebeu da São Francisco Energia S.A. determinados estoques em comodato para devolução até 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 49.758. A Companhia não tem garantias prestadas a partes relacionadas ou terceiros.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração, Diretoria e Conselho são estabelecidos em Assembleia Geral de Acionistas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia pagou o total de R\$ 5.289 (R\$ 4.269 em 2023), sendo R\$ 4.101 em remuneração fixa (R\$ 3.093 em 2023) e R\$ 1.188 em remuneração variável (R\$ 1.176 em 2023). Esses valores referem-se à remuneração de benefícios de curto prazo concedidos à Administração e aos empregados da Companhia. Não há remuneração baseada em benefícios de longo prazo ou programas de opções para o pessoal-chave da Administração.

9. IMOBILIZADO

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios está demonstrada a seguir:

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Almoxarifado	Imobilizado em curso	Veículos	Monstagens e instalações	Total
Taxa de depreciação anual	(*)	(*)	10%	(*)	20%	-	-	-	-	-
<u>Custo corrigido</u>										
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.098	216.937	1.409	499.433	1.324	9.875	208	78	2.057	735.419
Adições	-	-	-	3	-	-	32	-	-	35
Baixa	-	-	-	-	(4)	-	(3)	-	-	(7)
Transferências	-	-	6	8	11	-	(25)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.098	216.937	1.415	499.444	1.331	9.875	212	78	2.057	735.447
Adições	-	-	-	7	-	-	299	44	-	350
Baixa	-	-	(12)	(39)	(8)	-	(15)	-	-	(74)
Reclassificação	-	-	14	92	30	-	(136)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.098	216.937	1.417	499.504	1.353	9.875	360	122	2.057	735.723
<u>Depreciação acumulada</u>										
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(63.462)	(1.025)	(298.951)	(997)	-	-	(59)	(994)	(365.488)
Adições	-	(8.677)	(106)	(49.277)	(132)	-	-	(12)	(204)	(58.408)
Baixa	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(72.139)	(1.131)	(348.228)	(1.127)	-	-	(71)	(1.198)	(423.894)
Adições	-	(8.676)	(100)	(48.712)	(96)	-	-	(7)	(202)	(57.793)
Baixa	-	-	6	41	5	-	-	-	-	52
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	(80.815)	(1.225)	(396.899)	(1.218)	-	-	(78)	(1.400)	(481.635)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2024	4.098	136.122	192	102.622	135	9.875	343	44	657	254.088
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2023	4.098	144.798	284	151.216	204	9.875	212	7	859	311.553

(a) Estoque com expectativa de utilização com mais de 12 meses, conforme estabelece o Pronunciamento CPC 27 - Imobilizado, item 8.

(b) Taxa de depreciação fiscal.

Perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Companhia revisa anualmente os valores contábeis de seus ativos imobilizados para avaliar eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Caso haja indícios de desvalorização, o valor recuperável do ativo é estimado com base em testes de recuperabilidade. Em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados indicadores que justificassem ajustes no valor recuperável dos ativos.

10. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

		31/12/2024			31/12/2023
	Taxas anuais	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso de software	20%	2.256	(2.205)	51	53
Direito de passagem - servidões	4,8%	1.771	(1.771)	-	123
Total		<u>4.027</u>	<u>(3.976)</u>	<u>51</u>	<u>176</u>

Movimentação a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	318
Adições	23
Amortização	(165)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	176
Adições	23
Amortização	(148)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>51</u>

Os ativos intangíveis da Companhia têm vida útil finita e foram mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

As taxas de amortização aplicadas são as seguintes: direitos de uso de software: amortização de 20% ao ano; e direito de passagem (custo de constituição das faixas de servidão): amortização de 4,8% ao ano, em conformidade com o período de vigência dos contratos de venda de energia, até 2025.

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a fornecedores	4.157	2.391
Despesas antecipadas	396	876
Adiantamento a funcionários	20	5
Total	<u>4.573</u>	<u>3.272</u>

12. FORNECEDORES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Wiechetek Engenharia Elétrica (a)	-	3.465
Global Engenharia Ltda. (b)	3.413	2.943
ONS Operador Nacional do Sistema Elétrico	2.148	2.039
Simple Energy Comercializadora S.A.	-	1.770
Outros fornecedores	<u>3.459</u>	<u>2.322</u>
Total	<u>9.020</u>	<u>12.539</u>

(a) Serviço de recuperação de torre da linha de transmissão (230 kV).

(b) Contrato de O&M da usina, conforme nota n.º 8.

Os principais contratos operacionais da Companhia estão vigentes até 13 de fevereiro de 2025, sem previsão de multas ou penalidades.

Diante do exposto, a Administração reafirma sua confiança no cumprimento das obrigações da Companhia conforme planejado. Com base nas projeções financeiras e nas ações estratégicas previstas no plano de negócios, os fluxos de caixa projetados serão suficientes para honrar integralmente os compromissos assumidos junto a fornecedores e demais credores.

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
INSS serviços de terceiros	251	269
PIS (a)	320	460
COFINS (a)	1.482	2.121
Outros tributos a recolher	<u>202</u>	<u>204</u>
Total	<u>2.255</u>	<u>3.054</u>

(a) No último bimestre de 2023, com a onda de calor que atingiu o país, houve aumento do consumo de energia. Para atender essa demanda, as usinas de geração flexível foram despachadas, gerando o aumento da receita e, conseqüentemente, dos valores a recolher de PIS e COFINS em relação a 2022.

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pesquisa & desenvolvimento	6.419	5.196
Material em comodato (a)	49.758	-
Adiantamento de clientes	<u>299</u>	<u>49</u>
	<u>56.476</u>	<u>5.245</u>
Circulante	50.816	3.250
Não Circulante	5.660	1.995

(a) Estoque recebido em comodato conforme NE n.º 8.

15. RISCOS CONTINGENCIAIS

A Companhia está sujeita a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal de suas operações. A política de provisões adotada considera os riscos de perda em ações judiciais, garantindo que, quando a perda é classificada como provável, seja realizado o provisionamento de 100% do valor devido, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2024	2023
Trabalhista	1.490	1.415
Cível	-	76
Tributário	-	1.296
Total	<u>13.204</u>	<u>2.787</u>

Já os processos classificados como perda provável, para os quais foi realizado provisionamento, incluem: trabalhistas no montante de R\$ 50 (R\$ 103, em 2023).

Movimentação das contingências perdas prováveis:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	309
Reversões e Pagamentos	<u>(206)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	103
Reversões e Pagamentos	<u>(53)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>50</u>

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 135.771, representado por 51.426.993 ações ordinárias, distribuído da seguinte forma:

Acionista	Quantidade de ações	%
Global Participações em Energia S.A.	45.770.024	89%
Fernando Wilson Magalhaes Filho	5.142.699	10%
Maria das Graças B. N. Fernandes	514.270	1%
Total	<u>51.426.993</u>	<u>100%</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social. Nos exercícios de 2024 e 2023, não houve constituição dessa reserva, pois o limite legal já foi alcançado. Dessa forma, o saldo da reserva legal permanece inalterado em 2024, totalizando R\$ 27.154, mesmo valor registrado em 2023.

Reserva de incentivo fiscal

A Companhia usufrui de incentivo fiscal relacionado ao Imposto de Renda, reconhecido diretamente na demonstração do resultado. Em conformidade com a legislação vigente, esse montante não pode ser distribuído aos acionistas, sendo registrado em reserva específica.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva de incentivo fiscal totalizava R\$ 185.539 (R\$ 165.076 em 2023), com o reconhecimento de R\$ 20.463 no exercício (R\$ 19.927 em 2023), sendo R\$ 19.085 referente a 2024 e R\$ 1.378 a exercícios anteriores.

Excesso de reservas de lucros retidos

Nos termos do artigo 199 da Lei das S.A. (Lei n.º 6.404/76), o saldo das reservas de lucros não pode ultrapassar o capital social, exceto para reservas de contingências, incentivos fiscais e lucros a realizar. Caso o limite seja atingido, a assembleia geral deve deliberar sobre a aplicação do excesso na capitalização da Companhia ou distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2024, considerando as exceções previstas na legislação, a Companhia mantinha um saldo de R\$ 42.753 na reserva de lucros (R\$ 38.464 em 2023).

Lucro líquido básico e diluído por ação

O lucro por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	98.922	95.449
Média ponderada de ação por lote de mil	51.427	51.427
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>1.924</u>	<u>1.856</u>

Dividendos

A Companhia outorga a seus acionistas o direito de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado, conforme previsto na legislação societária, da seguinte forma:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	98.922	95.449
Reserva de Incentivos Fiscais	<u>(19.085)</u>	<u>(19.927)</u>
Base para dividendos	79.837	75.522
Dividendos mínimo obrigatórios (25%)	(19.959)	(18.881)

Dividendos e Juros sobre capital próprio declarados de 2024 no montante de R\$ 37.084.

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2023 e 2024 está apresentado a seguir:

<u>Deliberação</u>	<u>Natureza de remuneração</u>	<u>Valor deliberado</u>	<u>Valor por ação</u>
<u>2023</u>			
RCA de 01 de março de 2023	Dividendos adicionais 2019 e 2020	90.804	1,766
AGOE de 06 de março de 2023	Dividendos Adicionais 2022	16.389	0,319
RCA de 30 de março de 2023	JSCP 1.º trim./2023	7.058	0,137
RCA de 12 de julho de 2023	Dividendos Intermediários 1º sem/2023	30.000	0,583
<u>2024</u>			
RCA de 28 de março de 2024	JSCP 1.º trim./2024	1.000	0,019
AGOE de 11 de abril de 2024	Dividendos adicionais 2023	38.464	0,748
RCA de 21 de maio de 2024	Dividendos intercalares 1º trimestre/2024	11.000	0,214
RCA de 27 de junho de 2024	JSCP 2.º trim./2024 e retroativo 2019	11.735	0,228
RCA de 15 de julho de 2024	Dividendos intercalares 2º trimestre/2024	9.000	0,175
RCA de 30 de setembro de 2024	JSCP 3.º trim./2024	784	0,015
RCA de 23 de dezembro de 2024	JSCP 4.º trim./2024	3.565	0,069
Saldo dividendos a pagar 2022			53.531
Dividendos propostos referente a 2022			107.193
Juros sobre capital próprio de 2023			7.058
Dividendos Intermediários 2023			-
IRRF sobre juros sobre capital próprio			(1.059)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023			30.000
Dividendos pagos			<u>(188.223)</u>
Saldo dividendos a pagar 2023			8.500
Dividendos propostos referente a 2023			38.464
Dividendos Intercalares 2024			41
Juros sobre capital próprio			17.084
IRRF sobre juros sobre capital próprio			(2.563)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024			19.959
Dividendos pagos			<u>(78.455)</u>
Saldo dividendos adicionais a pagar 2024			<u>3.030</u>

17. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de venda de energia (a)	102.148	39.297
Receita de venda de energia por disponibilidade (b)	315.587	301.113
Deduções de venda		
Cancelamentos	(36)	-
PIS	(6.893)	(5.617)
COFINS	(31.745)	(25.871)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(3.741)	(3.046)
Total	<u>375.320</u>	<u>305.876</u>

- (a) Receita de venda de energia: receita variável, referente à energia firme gerada e transferida para as distribuidoras, conforme despacho da CCEE. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com as distribuidoras.
- (b) Receita com venda da potência contratada: receita fixa, reconhecida conforme o contrato de disponibilidade da usina. Representa a remuneração anual da Companhia, definida no leilão, e inclui a recuperação de alguns custos.

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Custos e despesas com pessoal e administradores	(17.971)	(12.382)
Depreciação e amortização	(58.171)	(58.803)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(25.056)	(23.913)
Custos com manutenção e operação (a)	(148.685)	(79.761)
Custos e despesas com seguros	(2.851)	(2.197)
Despesas com viagens e comunicações	(219)	(217)
Serviços de terceiros	(2.657)	(1.879)
Assessoria e consultoria	(6.872)	(3.449)
Tributos	(2.212)	(1.488)
Outras despesas (receitas)	<u>686</u>	<u>(960)</u>
Total	<u>(264.008)</u>	<u>(185.049)</u>
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(234.925)	(164.588)
Despesas gerais e administrativas	(31.642)	(20.549)
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>2.559</u>	<u>88</u>
Total	<u>(264.008)</u>	<u>(185.049)</u>

- (a) O aumento nos custos decorreu principalmente do maior consumo de combustível em razão da geração e da realização de manutenções significativas nas instalações das UTEs, incluindo reparos em linhas de transmissão, testes de disponibilidade de potência, revisões gerais (*overhauls*) de motores, entre outros.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	2.036	1.102
Atualização Saldo Crédito Habilitado PIS/COFINS	-	14
PIS e COFINS sobre receita financeira	(110)	-
Variações cambiais positivas	51	-
Outras receitas financeiras, líquidas	340	56
Subtotal	<u>2.317</u>	<u>1.172</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos (a)	(390)	(9.696)
Amortização de custo de captação	(189)	(886)
Variações cambiais negativas	(40)	(3)
Outras despesas financeiras, líquidas	(550)	(588)
Subtotal	<u>(1.169)</u>	<u>(11.173)</u>
Total	<u>1.148</u>	<u>(10.001)</u>

(a) Refere-se à 6.ª emissão de debêntures. Vide NE n.º 15.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa pela aplicação das alíquotas vigentes e pelos valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	112.460	110.826
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	(38.236)	(37.681)
Diferenças temporárias e permanentes:		
Juros sobre capital próprio	5.809	2.400
Demais adições e exclusões	(671)	854
Subtotal	<u>(33.098)</u>	<u>(34.427)</u>
Incentivos fiscais do imposto de renda (*)	19.085	19.927
Imposto de renda e contribuição social diferidos	475	(877)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(13.538)</u>	<u>(15.377)</u>
Taxa Efetiva	-12,04%	-13,87%

(*) A Companhia tem projeto aprovado pela Sudene, que concede uma redução de 75% no imposto de renda sobre o lucro da exploração. Esse benefício é aplicado ao cálculo dos impostos correntes, considerando as alíquotas reduzidas no exercício em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados a valor justo, se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

CEC	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativos financeiros</u>	<u>CA</u>	<u>CA</u>
Caixa e equivalentes de caixa	102.432	6.933
Contas a receber de clientes e outros	40.313	66.551
Outras contas a receber	4.573	881
Total	<u>147.318</u>	<u>74.365</u>
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Passivos financeiros</u>	<u>CA</u>	<u>CA</u>
Fornecedores	9.020	12.539
Empréstimos e financiamentos	-	33.321
Dividendos a Pagar	3.030	8.500
Outros passivos	56.476	5.245
Total	<u>68.526</u>	<u>59.605</u>

CA – Custo amortizado

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia está exposta a riscos provenientes de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, os principais riscos identificados são: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos, sendo suas políticas voltadas à identificação e análise dos riscos, definição de limites e controles apropriados, além do monitoramento contínuo para garantir a conformidade com as diretrizes estabelecidas. Essas políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia busca manter um ambiente disciplinado e controlado, garantindo que seus empregados tenham plena consciência de suas atribuições e obrigações. A Controladoria supervisiona o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, avaliando continuamente a adequação da estrutura adotada.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco a seguir, porém não são afetadas por eles, conforme segue:

Risco de crédito

Refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais. Esse risco decorre, principalmente, das contas a receber de clientes e dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia.

Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Embora haja concentração de contas a receber e receitas decorrentes de cliente, a Companhia considera que não há risco significativo de inadimplência por parte desse cliente.

No que se refere às instituições financeiras, a Companhia realiza operações exclusivamente com aquelas classificadas como de baixo risco, conforme avaliações de agências de *rating*.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e não identificou exposição significativa ao risco de crédito. Eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contrato de garantias financeiras. Além disso, os montantes a receber de energia de curto prazo são gerenciados pela CCEE, que distribui a inadimplência entre os participantes setoriais, conforme regulamentações, reduzindo o risco de crédito nas transações.

Risco de liquidez

Refere-se à possibilidade de a Companhia encontrar dificuldades para cumprir suas obrigações financeiras. O objetivo da gestão de liquidez é garantir, na medida do possível, que haja recursos suficientes para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais quanto em cenários de estresse, evitando perdas significativas ou impactos na reputação.

A administração da liquidez é conduzida de forma a assegurar que a Companhia sempre disponha de recursos para honrar seus passivos financeiros nos prazos estabelecidos.

A Companhia elabora projeções de fluxo de caixa e monitora continuamente suas necessidades de liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento da dívida e a geração de caixa, assegurando a manutenção de um saldo disponível suficiente para cobrir as despesas operacionais esperadas para um período mínimo de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras. Essa análise exclui o impacto de eventos externos imprevisíveis, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

A Companhia não tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, como aquelas relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outras obrigações. Além disso, as cláusulas restritivas existentes foram monitoradas adequadamente e não impactaram a capacidade operacional da Companhia nem a condução normal de suas atividades.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Passivos financeiros	2025	2026
Fornecedores	9.020	-
Dividendos a pagar	3.030	-
Outras contas a pagar	50.816	5.660
Total	62.866	5.660

Risco de mercado

Decorre das oscilações em taxas de câmbio e juros, que podem afetar os ganhos da Companhia e o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar e mitigar suas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, maximizando os retornos financeiros.

Taxa de câmbio

Advém da possibilidade de perdas decorrentes das flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. No entanto, a Companhia não tem compromissos significativos de compras em moeda estrangeira. O risco vinculado a estes passivos surge em razão da possibilidade de flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os seus saldos. Em 2024 a Companhia obteve uma variação cambial líquida positiva de R\$ 1 (negativa de R\$ 3 em 2023).

Taxa de juros

Este risco está relacionado a possíveis perdas decorrentes de variações nos indexadores das dívidas, que podem aumentar as despesas financeiras com empréstimos e financiamentos ou reduzir a receita financeira das aplicações da Companhia. Para mitigar esse risco, a Companhia tem buscado negociar empréstimos e financiamentos correntes com taxas adequadas ao retorno esperado do negócio, além de concentrar seus investimentos em operações com rentabilidade próxima ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

A tabela abaixo detalha a análise de sensibilidade da exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2024, considerando uma variação de 10%.

A análise assume que os instrumentos financeiros permaneceram em aberto durante todo o exercício seguinte, com um rendimento esperado conforme as taxas vigentes em 31 de dezembro de 2024. O percentual de 10% foi definido como referência para a sensibilidade das taxas de juros, sendo utilizado internamente pela Administração para avaliação dos riscos relacionados ao CDI.

Um número negativo indica redução no resultado e no patrimônio caso as taxas de juros diminuam em 10%, mantendo-se as demais variáveis constantes. Um aumento nas taxas de juros no mesmo percentual teria um impacto positivo equivalente no resultado e no patrimônio líquido.

Saldo de aplicação financeira	CDI em 31/12/24	Variação de 10% do CDI	Efeito no resultado e no patrimônio líquido
102.421	12,15%	10,94%	(1.244)

Gestão do capital social

A Companhia administra e ajusta sua estrutura de capital conforme as mudanças nas condições econômicas. Para isso, pode modificar o pagamento de dividendos aos acionistas, realizar a devolução de capital ou emitir novas ações. O monitoramento do capital é realizado por meio do índice de alavancagem, calculado pela relação entre dívida líquida e patrimônio líquido. A dívida líquida considera empréstimos e financiamentos sujeitos a juros, fornecedores, descontados o caixa e equivalentes de caixa.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Empréstimos, financiamento e debêntures sujeitos a juros (Nota 13)	-	33.321
Fornecedores (Nota 12)	9.020	12.539
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	<u>(102.432)</u>	<u>(6.933)</u>
Dívida líquida	(93.412)	38.927
Patrimônio líquido	<u>391.217</u>	<u>366.465</u>
Índice de alavancagem	<u>-24%</u>	<u>11%</u>

Quanto à escassez de combustível

- A Companhia mantém um contrato de promessa de compra e venda mercantil para comercialização de óleo combustível (OCB1) com a Vibra Energia S.A. (ex-Petrobras Distribuidora S.A.), em caráter de exclusividade. Conforme estabelecido no contrato, a Vibra Energia assegura o fornecimento do combustível na quantidade necessária para garantir a geração contínua de energia, caso haja despacho pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). O contrato prevê penalidades (multas) em caso de não atendimento do volume requisitado.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia, por política interna, não utilizou instrumentos financeiros derivativos. Dessa forma, não houve exposição a riscos associados a esses instrumentos.

22. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A seguir, são apresentadas as transações do período que não afetaram diretamente o caixa e os equivalentes de caixa:

Exercício de 2024:

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$16.122.

Exercício de 2023:

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$ 9.268.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em 20 de janeiro de 2025, RCA deliberando sobre a declaração de R\$ 42.000 de dividendos referente ao quarto trimestre de 2024.
 - Em 29 de janeiro de 2025, RCA deliberando aprovando a criação de três novas filiais no município de Camaçari / BA e recomendando à Assembleia Geral a aprovação da incorporação do acervo cindido da São Francisco Energia.
-